



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga
Gabinete da Direção-geral

OFÍCIO CIRCULAR INTERNO Nº 244/2021/GAB/RESTINGA/IFRS

Porto Alegre, 08 de outubro de 2021.

À
CIS Local
CPPD
do *Campus Restinga* do IFRS

Assunto: Solicitação de parecer referente à minuta de liberação de servidores.

Prezados(as),

Ao cumprimentá-los(as), solicitamos a emissão de parecer da referida comissão sobre a proposta de alterações da Instrução Normativa nº 01, de 15 de outubro de 2018, que institui o Cadastro Permanente de Localizações e regulamenta o processo de movimentação de servidores(as) técnico–administrativos(as) em educação entre unidades organizacionais (setores) no âmbito interno do *Campus Restinga*.

O prazo para a emissão do parecer é de 15 (quinze) dias úteis, conforme § 1º do art. 17 do Regimento Interno do Conselho de *Campus*, e deverá ser enviado até o dia 1º de novembro de 2021 para o e-mail gabinete@restinga.ifrs.edu.br.

A seguir, segue um breve histórico do grupo de trabalho e contextualização dos trabalhos:

A referida proposta de alteração decorre de demandas apresentadas a esta Direção-geral, de deliberação a respeito licenças para interesse particular, redistribuição com contrapartida de código de vaga de mesmo cargo e redistribuição ou remoção com mudança de cargo, que tiveram os seguintes desdobramentos:

1. Ausência de trâmite normatizado para manifestação formal dos setores/áreas/servidores envolvidos no impacto de troca de cargo quando há proposição de remoção/redistribuição por permuta de cargo diverso ao original que gere subsídios ao poder discricionário do gestor;
2. Ausência de trâmite normatizado para manifestação formal dos setores/áreas/servidores envolvidos no impacto de troca de cargo quando há proposição de remoção/redistribuição por permuta de cargo diverso ao original que gere subsídios ao poder discricionário do gestor;
3. Dificuldade ou impedimento para realocação de tarefas e processos, ou para mudança de localização temporária de servidores de setores/áreas com menor demanda para atender ao interesse institucional, gerando a obrigação de reorganização interna de setores/áreas onde os servidores são oriundos, com absorção local integral do impacto da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga
Gabinete da Direção-geral

ausência, sem a devido reordenamento institucional global afetando assim o interesse administrativo institucional;

4. Análise das situações culturalmente centrada apenas na atenção ao direito dos servidores, sem tempo estabelecido para o trâmite da reorganização do trabalho/função/aulas e das ofertas de serviços substitutivos dessa ausência à comunidade escolar;
5. Ausência de fluxo para manifestação das comissões no que se refere:
 - a. Às competências de participação no dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas no caso da CIS, no que tange aos servidores técnico-administrativos em educação; e
 - b. Ao cumprimento do artigo 4º do Regimento Geral da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFRS – CPPD, na prestação de assessoramento aos diretores dos *campus* e as áreas relacionadas à Gestão de Pessoas, quanto ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;

Esta gestão parte do pressuposto de que o poder público deve, ao atender os direitos dos servidores analisar de modo normatizado e transparente os aspectos indicados nesta proposta e descritos nos anexos de orientação dos pareceres, levando em conta:

- A. Quais e quantos são os processos de trabalho que estão sob a responsabilidade do servidor que está realizando a solicitação de uma dessas movimentações?
- B. Qual a viabilidade de divisão dos processos de trabalho, dada sua quantidade e avaliada sua complexidade, entre a força de trabalho subsistente no próprio setor/área tendo em vista os demais processos de trabalho do setor/área?
- C. Quantos servidores e quais cargos/áreas estão afastados por outros motivos (saúde/capacitação)? Como estão sendo efetuados os arranjos de substituição?
- D. Como a Equipe de Trabalho avalia que poderia ser organizada a reposição da força de trabalho no setor/área, levando em consideração as atribuições do servidor/cargo requerente? Quais cargos/áreas poderiam efetivar essa substituição?
- E. Como a equipe de trabalho avalia a possibilidade de realocação dos processos de trabalho para servidores de outras unidades do campus ou do IFRS, temporariamente ou de forma permanente?

Outrossim, compreendemos que estamos certos de que o interesse da administração deve ser preconizado, sendo colocado de forma anterior às disposições individuais por interesses próprios. Com este fim, o que propomos caminha no sentido de uma normativa que auxilie na preservação dos interesses da nossa comunidade escolar, ao mesmo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga
Gabinete da Direção-geral

tempo em que objetiva a organização para efetivação dos direitos dos trabalhadores em educação envolvidos na prestação dos serviços à essa comunidade.

Atenciosamente,

Diretor-geral do IFRS *Campus Restinga*
Portaria IFRS nº 157/2020